

DESCOLONIZAR PARA TRANSFORMAR: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

*Decolonize to Transform:
The Role of University Extension in Social Work Education*

Jaqueline de Melo Barros*
UNIVASSOURAS

Andrea Silva**
PUC-RIO

Resumo

O artigo analisa a extensão universitária como prática decolonial essencial à formação crítica, ética e antirracista no Serviço Social. Com base na Resolução CNE/MEC nº 7/2018, a curricularização da extensão fortalece o vínculo entre teoria, prática e compromisso social, promovendo a democratização do saber e o diálogo com conhecimentos populares historicamente invisibilizados. Inspirada no pensamento decolonial, essa perspectiva questiona a colonialidade do saber e o eurocentrismo, incorporando a interculturalidade como eixo estruturante da formação profissional. No campo do Serviço Social, comprometido com os direitos humanos e o enfrentamento do racismo estrutural, a extensão transcende o caráter pedagógico e assume dimensão política e ética. Ela fomenta práticas emancipatórias que reconhecem sujeitos subalternizados como produtores de conhecimento e agentes de transformação social. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem crítica, aponta potencialidades e desafios dessa experiência formativa, como a necessidade de romper barreiras institucionais, incentivar a inovação pedagógica e assegurar condições materiais adequadas à sua efetividade. Ao valorizar saberes plurais e promover ações inclusivas, a extensão amplia horizontes acadêmicos e reafirma o projeto ético-político do Serviço Social, conforme os princípios do Código de Ética Profissional de 1993. Conclui-se que a extensão universitária, orientada por fundamentos decoloniais, representa um instrumento estratégico de radicalização democrática e de construção de um projeto social plural, equitativo e libertador, capaz de romper com a lógica colonial e eurocêntrica ainda presente nas universidades latino-americanas.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária. Decolonialidade; Serviço Social; Formação Antirracista; Educação Superior

Abstract

The article analyzes university extension as a decolonial practice essential to critical, ethical, and anti-racist education in Social Work. Based on Resolution CNE/MEC No. 7/2018, the curricular integration of extension strengthens the connection between theory, practice, and social commitment, promoting the democratization of knowledge and dialogue with popular knowledge historically rendered invisible. Inspired

by decolonial thought, this perspective challenges the coloniality of knowledge and Eurocentrism, incorporating interculturality as a structuring axis of professional training. In the field of Social Work—committed to human rights and the struggle against structural racism—extension transcends a merely pedagogical function and assumes political and ethical dimensions. It fosters emancipatory practices that recognize subaltern subjects as knowledge producers and agents of social transformation. This bibliographic and critically oriented research highlights both the potentialities and challenges of this formative experience, such as the need to overcome institutional barriers, encourage pedagogical innovation, and ensure adequate material conditions for its effectiveness. By valuing plural knowledge systems and promoting inclusive actions, extension broadens academic horizons and reaffirms the ethical-political project of Social Work, in accordance with the principles of the 1993 Professional Code of Ethics. It concludes that university extension, grounded in decolonial principles, constitutes a strategic instrument for democratic radicalization and for building a plural, equitable, and emancipatory social project—one capable of breaking with the colonial and Eurocentric logic still present in Latin American universities.

KEYWORDS: University Extension. Decoloniality. Social Work. Anti-Racist Education. Higher Education

Introdução

Nas últimas décadas, a extensão universitária consolidou-se como um espaço estratégico de articulação entre universidade e sociedade, tornando-se instrumento fundamental para a democratização do conhecimento e a promoção de transformações sociais. No Brasil, esse avanço foi impulsionado por políticas públicas que resultaram na Resolução CNE/MEC nº 7/2018, a qual instituiu a curricularização da extensão como dimensão obrigatória da formação superior. Assim, a extensão passou a integrar organicamente teoria e prática, reafirmando o compromisso social da universidade com a justiça, o diálogo intercultural e a valorização de saberes historicamente silenciados.

A Resolução que define as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior no Brasil normatiza a execução da Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Esse marco regulatório consolida a obrigatoriedade de inserção das ações extensionistas na estrutura curricular dos cursos de graduação, articulando-as também às práticas de pesquisa e ensino. De acordo com o dispositivo, as atividades de extensão devem corresponder a, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos e ser organizadas de modo a favorecer a formação integral dos estudantes, fortalecendo o vínculo entre universidade e sociedade.

Contudo, a efetivação de práticas extensionistas críticas e emancipadoras ainda enfrenta obstáculos relacionados à permanência da colonialidade do saber, que limita as possibilidades de uma virada epistemológica na produção de conhecimentos. Conforme analisa Silva (2013, p. 6), a colonialidade “é fundamental para justificar a superioridade dos colonizadores e inibir/impedir a crítica da condição de superioridade e dos mecanismos de controle social, epistêmico e civilizatório”. Nesse sentido, tal lógica não apenas nega o status de sujeito de direito ao subalternizado, como também o desautoriza enquanto sujeito epistêmico, capaz de produzir saberes legítimos e socialmente reconhecidos.

A partir dessa perspectiva, compreende-se a necessidade de aproximar a extensão do pensamento decolonial, reconhecendo-a como eixo central no enfrentamento da colonialidade do saber e na construção de práticas educativas críticas e inclusivas. Ao desafiar o eurocentrismo e suas hierarquias epistêmicas, a extensão contribui para evidenciar desigualdades estruturais e fortalecer a interculturalidade como princípio da formação profissional.

A abordagem intercultural propõe uma educação voltada ao reconhecimento e à valorização do outro, estimulando o diálogo entre distintos grupos sociais e culturais. Trata-se de uma perspectiva que incentiva a negociação entre culturas e o enfrentamento das desigualdades decorrentes das assimetrias de poder presentes nas relações sociais. Tal concepção busca promover a construção de um projeto coletivo em que as diferenças sejam compreendidas e integradas de forma dialética, contribuindo para o fortalecimento de uma sociedade democrática, plural e humanizadora — uma sociedade que articule, de maneira indissociável, políticas de igualdade e políticas de identidade (CANDAU, 2008, p. 52).

Essa articulação assume destaque na formação em Serviço Social, campo comprometido com os direitos humanos, a justiça social e o combate ao racismo estrutural. A formação de profissionais antirracistas requer o rompimento com epistemologias hegemônicas e a valorização de saberes ancestrais e populares. Dessa forma, a extensão universitária, orientada por fundamentos decoloniais, ultrapassa o âmbito pedagógico e se afirma como prática política e ética essencial ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nessa perspectiva, presente artigo resulta de uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e crítica, fundamentada nos pressupostos do pensamento decolonial. Foram analisados documentos normativos e políticos, como a Resolução CNE/MEC nº 7/2018 e o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 1993), além de referências teóricas que discutem a extensão universitária, a formação profissional e a decolonialidade, com destaque para Freire (1979; 2013), Quijano (2005), Ballestrin (2013), Barbosa (2023) e Oliveira (2022; 2023). A análise foi orientada por uma perspectiva crítico-dialética, buscando articular os fundamentos teóricos com a práxis extensionista e refletir sobre as potencialidades e desafios da curricularização da extensão na formação em Serviço Social.

Extensão Universitária e Descolonização do Saber: Caminhos e Desafios

A estrutura da colonialidade e o processo histórico de colonização, consolidados com a conquista das Américas, têm sua origem na ascensão da Europa como centro geopolítico do sistema-mundo. Conforme observa Oliveira (2022, p. 22, apud Quijano, 2005), essa lógica de dominação e exploração permanece presente, mesmo após a independência dos países latino-americanos e a formação dos Estados Nacionais. A universidade brasileira, desde sua fundação, refletiu profundamente essa influência eurocêntrica, estando historicamente vinculada às elites

e aos valores ocidentais conservadores que reforçam a hegemonia cultural colonizadora. Tal cenário constitui um obstáculo à efetiva descolonização da educação superior no país.

Um elemento central do pensamento decolonial é a descolonização do saber, que questiona a centralidade do conhecimento ocidental em detrimento dos saberes historicamente marginalizados, como os indígenas e afrodescendentes. Essa perspectiva revisita os padrões de poder e as relações entre modernidade e colonialidade, buscando desconstruir conceitos e interpretações impostos aos povos subalternizados ao longo da história.

Nesse sentido, reconhecer e valorizar os saberes tradicionais das comunidades torna-se uma necessidade urgente. Ao legitimar essas formas de conhecimento e aprender com suas experiências, a extensão universitária emerge como um espaço privilegiado para fomentar reflexão crítica, transformação social e formação profissional pautada na justiça social e na equidade.

Essa crítica às estruturas da modernidade e do capitalismo também fortalece o Serviço Social, permitindo ressignificar sua trajetória e práticas metodológicas. A curricularização da extensão, conforme estabelecido pela Resolução CNE/MEC nº 7/2018, oferece uma oportunidade concreta de articular teoria e prática, promovendo uma formação acadêmica antirracista e comprometida com a emancipação social.

Sob essa ótica, adotar uma perspectiva decolonial na extensão universitária significa questionar estruturas de poder, sistemas hegemônicos de conhecimento e práticas acadêmicas que perpetuam relações coloniais. Estratégias formativas baseadas nessa abordagem devem buscar a descolonização do saber e a transformação de estruturas educacionais e sociais que sustentam desigualdades.

Nogueira (2013, p. 7) enfatiza que a extensão universitária é “instrumento de desenvolvimento econômico-político-social-cultural”, mobilizando políticas públicas e programas específicos com base nas competências instaladas na universidade. Ballestrin (2013) complementa, apontando que o conceito de colonialidade expande intervenções, incorporando desigualdades raciais, sociais e de gênero enraizadas em contextos coloniais.

Nesse cenário, a extensão universitária pode promover um diálogo intercultural que valorize saberes ancestrais, frequentemente marginalizados (Barbosa, 2023).

A perspectiva decolonial evidencia a opressão e a racialização historicamente sofridas por povos indígenas e afrodescendentes, destacando os impactos persistentes da colonização. Conforme Quijano (2005), essa abordagem busca reconstruir histórias silenciadas, subjetividades reprimidas e saberes subalternizados, confrontando a racionalidade eurocêntrica e seus efeitos de dominação.

Nesse contexto, a extensão universitária torna-se um espaço de interlocução entre diferentes epistemologias, desafiando a hegemonia do conhecimento eurocêntrico. Freire (1979)

ressalta que, por meio desse processo, formam-se sujeitos críticos e engajados, capazes de interpretar e transformar a realidade social, rompendo com estruturas de exclusão.

Do ponto de vista decolonial, a extensão contribui para a redefinição dos fundamentos históricos e epistemológicos do Serviço Social. Ao incorporar saberes populares como instrumentos de emancipação, desconstrói a lógica colonial, promove a interculturalidade e resgata conhecimentos ancestrais historicamente silenciados pelas correntes hegemônicas. No Brasil, essa lógica colonial ainda marginaliza saberes locais em favor de uma epistemologia eurocêntrica. A perspectiva decolonial, por sua vez, valoriza a pluralidade cultural e favorece o diálogo entre universidade e comunidades, capacitando estudantes a atuar em contextos complexos e enfrentar desigualdades.

Assim, a extensão universitária se configura como ferramenta estratégica para desconstruir epistemologias dominantes, estimulando o intercâmbio entre saberes acadêmicos e populares, fortalecendo a equidade racial, a justiça social e o respeito à diversidade. Ao aproximar os estudos decoloniais da formação em Serviço Social, questiona-se o conhecimento eurocêntrico reproduzido nas universidades, evidenciando suas raízes coloniais e os mecanismos que sustentam desigualdades estruturais.

Essa abordagem legitima saberes ancestrais e populares, promovendo o diálogo intercultural e rompendo com a hierarquização do conhecimento. Além disso, incentiva práticas emancipatórias e antirracistas, fortalecendo a construção de uma sociedade justa e equitativa. Frente à mercantilização da educação no modelo liberal brasileiro, a extensão universitária se apresenta como um espaço de reflexão crítica e produção conjunta de conhecimento, preparando estudantes e profissionais para intervir de forma ética e transformadora nas questões sociais contemporâneas.

A curricularização da extensão, conforme Resolução CES/CNE/MEC nº 7/2018, fortalece a integração entre teoria e prática. A normativa do MEC, ao estruturar a concepção e a prática das diretrizes da extensão de forma a contribuir efetivamente para desconstrução da epistemologia dominante adotou conceitos basilares da abordagem decolonial, apontando que estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (Art. 5º, Resolução MEC/CNE/CES nº7/2018).

Sob essa perspectiva, a extensão universitária é reconhecida como parte integral do processo formativo, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e reforçando o compromisso da universidade com a comunidade. Ao incorporar conceitos fundamentais da abordagem decolonial e estruturar suas diretrizes com base nessa perspectiva, a extensão contribui para a desconstrução da epistemologia dominante, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras na educação brasileira (Oliveira, 2022).

Com isso, o aprofundamento dos estudos decoloniais possibilita aos estudantes do Serviço Social uma compreensão crítica das desigualdades sociais e dos legados coloniais, oferecendo ferramentas para desconstruir práticas racistas e opressoras e habilidades para atuar em contextos diversos e promover a justiça social. Assim, a extensão universitária, fundamentada nesses princípios, possibilitaria uma formação de assistentes sociais críticos e engajados, além de fortalecer seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Mais do que uma prática acadêmica, a extensão universitária é uma ferramenta de transformação social. Ao integrar diferentes saberes e experiências, promove o diálogo intercultural e prepara os futuros assistentes sociais para compreender e atuar em contextos marcados por desigualdades estruturais. Por meio da práxis decolonial, os estudantes são capacitados a considerar e enfrentar os desafios do racismo estrutural e das opressões de classe, gênero e etnia, contribuindo para uma sociedade livre de discriminações e marcada pela justiça social.

Assim, o pensamento decolonial, ao transcender a teoria, incorpora ações práticas que ressignificam as práticas universitárias, tornando-se uma via promissória para transformar o espaço acadêmico. Nesse contexto, o compromisso com a construção de um projeto de formação profissional anticolonial e antirracista, com discussão transversal em todos os eixos de formação, exige a desconstrução de práticas coloniais e a adoção de uma perspectiva decolonial. Isso impõe às universidades o desafio de criar condições para que seus espaços fomentem práticas decoloniais nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Extensão Universitária na Construção de Práticas Antirracistas no Serviço Social

As transformações econômicas e políticas, como a globalização, a flexibilização do trabalho, o aumento da precarização e a automação, alteraram significativamente a dinâmica

das relações sociais, impactando diretamente a universidade e o mundo do trabalho. No Brasil, durante muito tempo, os currículos acadêmicos foram estruturados sob a influência da colonialidade do saber, que, conforme Quijano (2005), é descrito pela

[...] elaboração intelectual do processo de modernidade [que] produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstra o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produção de conhecimento se regulam como eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 9).

Nas últimas décadas, transformações sociais, culturais e epistemológicas têm desafiado o modelo historicamente elitista e colonial da educação superior no Brasil. Esse movimento tem levado as universidades a repensar suas estruturas, valores e práticas, incorporando perspectivas que reconhecem a diversidade e promovem inclusão efetiva. Segundo Sousa (2020), diante das mudanças nos campos da ciência, política, cultura e trabalho, a universidade, enquanto espaço plural de produção de conhecimento, deve formar profissionais críticos, engajados com a realidade social e aptos a intervir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, em contraste com uma formação voltada exclusivamente às exigências do mercado — que prioriza competências técnicas em detrimento do pensamento crítico, da educação humanista e da formação democrática —, as universidades são chamadas a desenvolver um projeto social e epistemológico que confronte as desigualdades históricas e os efeitos da globalização neoliberal (Oliveira, 2023).

A educação, assim, adquire caráter transformador, ultrapassando a mera transmissão de conteúdos ao empoderar indivíduos para atuar em suas realidades. A extensão universitária, concebida como prática integradora e reflexiva de múltiplos saberes, ocupa posição estratégica, articulando a formação cidadã, profissional e decolonial. Por sua natureza dialógica, constitui espaço privilegiado para promover diálogos interculturais, valorizar saberes subalternizados e combater epistemologias excludentes.

Ao adotar metodologias baseadas no diálogo e na relativização de saberes consolidados, a extensão universitária contribui para a formação de sujeitos críticos, sensíveis às desigualdades sociais, raciais e políticas. Esses profissionais tornam-se capazes de tomar decisões conscientes e engajadas, desempenhando papel central na desconstrução de epistemologias hegemônicas e na construção de alternativas inclusivas, plurais e antirracistas, fortalecendo a prática do Serviço Social em territórios marcados pela diversidade e complexidade social.

Nesse sentido, a extensão universitária, como espaço de diálogo e construção mútua de saberes entre a academia e a sociedade, constitui uma ferramenta fundamental para a formação antirracista em Serviço Social. Esse processo vai além da simples aplicação de teorias

aprendidas em sala de aula, permitindo que os estudantes se envolvam diretamente com as realidades sociais e confrontem o racismo estrutural em suas diversas manifestações. Ao participar de projetos extensionistas, os futuros profissionais de Serviço Social têm a oportunidade de identificar e analisar as múltiplas formas como o racismo estrutural se manifesta, seja por meio de práticas discriminatórias, seja pela perpetuação das desigualdades sociais e da restrição de oportunidades para grupos historicamente marginalizados.

ALMEIDA (2018) define o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem. [...] O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (p. 22), além disso complementa que a “discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (p. 23). Portanto, “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas” (p. 33).

A relação entre a teoria e a prática na extensão universitária é fundamental para a formação de assistentes sociais críticos e comprometidos com a transformação social. Quando os conhecimentos adquiridos na academia são aplicados diretamente nas ações extensionistas, há um enriquecimento recíproco entre a teoria e a prática. Por exemplo, ao participar de um projeto extensionista voltado para o combate ao racismo em uma comunidade periférica, o estudante tem a oportunidade de perceber na prática como as questões raciais estão entrelaçadas com a pobreza, a falta de acesso a direitos e a discriminação. Esse processo não só fortalece a formação acadêmica, mas também contribui para uma compreensão mais profunda do racismo estrutural e da necessidade de estratégias de intervenção para superá-lo.

Essa dimensão formativa também favorece a desconstrução de preconceitos e a internalização de valores antirracistas. Ao interagir com a comunidade e vivenciar realidades diferentes, os estudantes têm a oportunidade de revisar suas próprias concepções preconceituosas, ampliando sua visão de mundo e tornando-se agentes de transformação social. As atividades de extensão exercem a função de promover uma mudança significativa na mentalidade dos futuros assistentes sociais.

Destarte, a extensão universitária

[...] envolve, qualquer que seja o setor em que se realiza, a necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para à sua maneira, normalizá-la. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu campo associativo, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação etc (FREIRE, 2013, p. 20).

Além disso, a prática extensionista proporciona o desenvolvimento de habilidades essenciais para a intervenção antirracista. Ao se envolver diretamente com a implementação de políticas e programas voltados para a igualdade racial, os estudantes aprimoram competências como o planejamento, a execução e a avaliação de ações antirracistas. Dessa forma, a extensão universitária constitui um “laboratório vivo” de aprendizado mútuo, no qual conhecimentos acadêmicos e saberes da comunidade se articulam na análise e enfrentamento de realidades concretas. Isso fortalece a capacidade de intervenção profissional, preparando os futuros assistentes sociais para atuar de maneira crítica e transformadora.

Contudo, a Normativa nº 7/2018 do MEC, ao regulamentar a curricularização da extensão, também impõe desafios. Muitos docentes e estudantes resistem a reconhecer a práxis extensionista como metodologia de ensino e aprendizagem, o que pode dificultar a implementação de ações que valorizem saberes populares e ancestrais, essenciais para enfrentar o racismo estrutural e promover o diálogo intercultural. Além disso, a gestão institucional frequentemente enfrenta dificuldades para implementar projetos de maneira contínua e estruturada.

Para mitigar as resistências institucionais e os desafios operacionais, fortalecendo a curricularização como uma ferramenta eficaz na formação de profissionais críticos e engajados com a transformação social é necessário adotar uma abordagem estratégica e integradora. Primeiramente, é fundamental investir na capacitação de professores e gestores acadêmicos, realizando oficinas e formações contínuas sobre essas práticas e sua relevância no ensino superior. Outro aspecto crucial é a criação de incentivos institucionais. É necessário que as atividades de extensão sejam formalmente reconhecidas nos planos de carreira docente, valorizando-as como critérios de progressão, bem como a disponibilização de bolsas específicas para estudantes engajados em ações extensionistas.

O apoio logístico e financeiro também se apresenta como um desafio significativo. Assim, é necessário estabelecer orçamentos específicos para projetos extensionistas e criar centros de apoio nas universidades que ofereçam consultoria administrativa e pedagógica para essas iniciativas. Por fim, a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos é indispensável. Dessa forma, a extensão universitária poderá cumprir plenamente seu papel como pilar estratégico na luta contra o racismo estrutural e na promoção de uma sociedade pautada pela equidade e pelo respeito à diversidade.

Nessa direção, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em seu documento “Curricularização da Extensão e Serviço Social”, defende uma prática extensionista fundamentada na extensão popular e orientada para a emancipação humana, ou seja, a extensão em si pode:

[...] potencializar a formação de maneira a colocar o conjunto dos estudantes em relação direta com a realidade brasileira em suas diversas expressões; potencializar contornos cada vez mais imbricados e indissociáveis na relação teoria e prática, o que já se constitui como importante para todas as áreas de formação (ABEPSS, 2020, p. 27).

Segundo Oliveira (2023, p. 308), o documento da ABEPSS apresenta os “componentes para a concepção da extensão articulada com o projeto ético-político profissional, considerando uma extensão democrática, que dialogue com a comunidade e que tenha uma perspectiva de trabalhar a educação popular”.

Essa perspectiva dialoga com os princípios da decolonialidade e é essencial para formar profissionais engajados na transformação social antirracista. A colaboração com movimentos sociais é um aspecto central nesse processo. Ao interagir com movimentos como o Movimento Negro, a extensão universitária se torna uma plataforma para ouvir as demandas da população negra e, ao mesmo tempo, fortalecer a construção coletiva de ações pela igualdade racial. Esse diálogo estreito com os movimentos sociais também contribui para uma educação popular que se pauta pela horizontalidade das relações, pela valorização dos saberes comunitários e pela construção conjunta de soluções.

A formação antirracista também deve considerar outras formas de opressão, como o sexismo, a homofobia e a exclusão de classe. O Serviço Social, como profissão comprometida com a emancipação humana, deve entender o racismo como uma das muitas intersecções que envolvem a luta por justiça social. Ao lidar com essas questões em projetos extensionistas, a formação antirracista se enriquece, tornando-se mais completa e sensível às múltiplas formas de exclusão social.

Ao discutir a influência do sistema econômico na profissão, analisando as condições de trabalho, as demandas impostas aos assistentes sociais e as contradições que enfrentam, Raquel Raichelis (2019) nos permite afirmar que a extensão universitária é uma ferramenta relevante não apenas para a atuação dos assistentes sociais, devido ao caráter interventivo que caracteriza a profissão, mas também para a formação dos estudantes de Serviço Social. Isso ocorre porque a extensão oferece a oportunidade de aplicar, na prática, os conhecimentos teóricos adquiridos, contribuindo para a formação de profissionais confiantes e comprometidos com a transformação social.

No debate sobre a aproximação do Serviço Social com a temática étnico-racial, é necessário considerar os avanços da categoria profissional na década de 1990. Esses avanços

incluem a promulgação do novo Código de Ética em 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e o processo de aprovação das novas diretrizes curriculares em 1996, impulsionadas pela ABEPSS. Esses marcos foram fundamentais para reafirmar o compromisso com a construção de um projeto de formação profissional antirracista.

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1993), o profissional deve combater todas as formas de opressão, discriminação e racismo, promovendo equidade, justiça social e respeito à diversidade, em consonância com os princípios éticos e políticos da profissão, dentre eles:

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 1993).

Nessa ótica, com o objetivo de fortalecer a luta antirracista e reafirmar seu compromisso com a educação, a ABEPSS criou a “Plataforma Antirracista”. Essa iniciativa reforça o comprometimento da categoria dos assistentes sociais e disponibiliza documentos, sugestões bibliográficas e uma pesquisa sobre os programas de pós-graduação, com foco na inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação em Serviço Social.

A extensão universitária também desempenha um papel crucial na construção de competências profissionais. Além da capacidade de planejar e executar políticas públicas inclusivas, os estudantes desenvolvem habilidades essenciais para a prática profissional, como a empatia, a escuta ativa e a capacidade de promover diálogos críticos. Essas competências estão alinhadas com os princípios ético-políticos do Serviço Social.

Sob esse prisma,

A opção decolonial fortalece o Serviço Social quando ressignifica sua história, epistemologias, metodologias, pedagogias e aportes éticos, ao mesmo tempo que amplia o pensamento crítico ao reconhecer a diversidade como estratégia de ação emancipatória. Centra-se numa abordagem social mais complexa, que questiona posturas conservadoras de investigação e intervenção, presas a teorias sociais e métodos científicos de correntes positivistas, funcionalistas, estruturalistas, materialistas de influência cristã, liberal e marxistas que, via de regra, mantiveram distante e não reconheceram os saberes tradicionais, ancestrais nem populares, os quais foram considerados não válidos pelos cânones acadêmicos (BARBOSA, 2023, p. 173).

Assim sendo, a interação entre a extensão universitária decolonial e a formação antirracista é essencial para a construção de uma nova ordem social. Esse processo reforça o compromisso do Serviço Social com a emancipação humana, ao mesmo tempo em que posiciona a universidade como agente de transformação social. Integrando ensino, pesquisa e

extensão, a curricularização da extensão oferece um ambiente propício para a formação de profissionais sensíveis às demandas da diversidade e comprometidos com a formulação de políticas públicas que promovam a equidade racial. Dessa forma, a extensão universitária, ao incorporar práticas antirracistas de forma contínua, contribui não apenas para a formação de assistentes sociais críticos, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e livre de todas as formas de opressão.

Considerações Finais

Quando orientada por uma práxis extensionista fundamentada no pensamento decolonial, a formação do/a assistente social transcende a transmissão tradicional de conteúdos e amplia a capacidade crítica e política dos estudantes, consolidando o compromisso histórico da profissão com a construção de uma sociedade justa, equitativa e plural. A extensão universitária, ao incorporar saberes interculturais e valorizar epistemologias historicamente marginalizadas, desafia diretamente a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e se apresenta como espaço estratégico de resistência epistêmica, reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social com a emancipação humana e a transformação social (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2008).

Nesse cenário, a extensão assume papel central na formação antirracista, permitindo práticas pedagógicas críticas, inclusivas e transformadoras que enfrentam o racismo estrutural e outras formas de opressão enraizadas na sociedade brasileira. Ao promover o diálogo entre teoria e prática, ela potencializa a capacidade do(a) estudante de analisar as desigualdades sociais, intervir de forma ética e participar ativamente da construção de políticas públicas inclusivas. Trata-se de um espaço de produção de conhecimento que legitima experiências populares e saberes comunitários como fontes de conhecimento válidas, subvertendo hierarquias históricas e epistemológicas.

A valorização dos saberes locais e das experiências das comunidades amplia os horizontes do conhecimento acadêmico, fortalecendo a formação em Serviço Social como um espaço de ação coletiva, reflexão crítica e intervenção transformadora. Entretanto, a efetivação desse modelo enfrenta desafios significativos, como resistências institucionais, limitações estruturais e a necessidade constante de inovação pedagógica. Superar essas barreiras é condição imprescindível para consolidar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo uma formação integral que articule teoria, prática e compromisso social.

Sob a perspectiva decolonial, a extensão fortalece a universidade como agente de transformação social, expandindo a capacidade do(a) assistente social de compreender e enfrentar as desigualdades estruturais, contribuindo para a formulação de políticas públicas inclusivas e para a promoção da igualdade racial e social. A formação profissional, nesse

contexto, deve contemplar dimensões ético-políticas profundas, alinhadas ao projeto societário da categoria e aos princípios do Código de Ética do Serviço Social (1993), que enfatizam liberdade, equidade, democracia e justiça social, em consonância com perspectivas decoloniais que questionam a lógica colonial e consolidam projetos emancipatórios (Sousa, 2020; Oliveira, 2023).

Reconhecer a centralidade da extensão implica também valorizar o perfil discente da profissão, predominantemente composto por mulheres, muitas negras e pardas, oriundas de famílias trabalhadoras e de escolas públicas. A incorporação dessas vozes historicamente silenciadas é essencial para transformar subalternidade em protagonismo, em diálogo com a crítica decolonial à colonialidade de gênero e com a “desobediência epistêmica” proposta por Mignolo (2008). Esse exercício de resistência epistêmica promove uma formação que articula o enfrentamento do racismo, do sexismo e de múltiplas opressões à compreensão crítica das estruturas sociais e à construção de alternativas emancipatórias.

Apesar de seu potencial transformador, a expansão dessa perspectiva decolonial ocorre em meio às contradições materiais e estruturais da universidade, marcada por cortes orçamentários, mercantilização da educação e lógica produtivista. Esses desafios exigem vigilância constante, resistência institucional e criatividade pedagógica, de modo a assegurar que a extensão cumpra seu papel de alavanca para o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Em síntese, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, orientada por princípios decoloniais e pelo Código de Ética, forma profissionais críticos, éticos e emancipatórios, capazes de construir novas racionalidades e aprofundar a radicalização democrática. A extensão universitária, enquanto prática de resistência e transformação social, possibilita romper com o espelho eurocêntrico que distorce a realidade latino-americana e reafirma o compromisso histórico do Serviço Social com a justiça social, a equidade e a emancipação humana, fortalecendo uma sociedade plural, inclusiva e libertadora (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2008).

Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL — ABEPSS. **Curricularização da extensão e Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social-v2-202301312008185662110.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 210 jan. 2025.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida. **Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 161-182, 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

MIGNOLO, W. D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n.º 34, pp. 287-324, 2008.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

OLIVEIRA, Andrea. **Extensão Universitária como Práxis Dialógica: o olhar das instituições comunitárias de educação superior brasileiras**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

OLIVEIRA, Andrea. **Extensão Universitária na Formação e Trabalho de Assistentes Sociais na Contemporaneidade**. In: LOLE, Ana. STAMPA, Inez (Orgs). Trabalho, capitalismo e superexploração no Brasil contemporâneo [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAICHELIS, Raquel. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo**. In: Raichelis, Raquel (Org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. 1ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2019.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2 ed. Campinas, Editora Alínea, 2020.

NOTAS

* **Jaqueline de Melo Barros**

Doutora em Serviço Social

UNIVASSOURAS

E-mail: jaqmelo@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0009-0001-2565-9157>

** **Andrea Silva**

Mestre em Serviço Social

PUC-Rio

E-mail: andy3536@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-9462-7602>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto

HISTÓRICO

Recebido em: 03-11-2025 – Aprovado em: 18-11-2025 – Publicado em: 31-12-2025